

1 APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE

Tenho a honra de apresentar o Programa de Gestão Estratégica que define o perfil institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região, e que, sem dúvida, pontificará como um marco fundamental na já alongada trajetória do judiciário trabalhista do nosso Estado.

A Resolução Nº 283, de 19.08.2008, do TRT da 7ª Região, elegeu a Gestão Estratégica como modelo de administração, e o Planejamento Estratégico como instrumento de sua viabilização, daí termos iniciado um grande esforço no sentido de construir coletivamente a missão institucional, a visão de futuro, os valores e crenças (institutos permanentes), assim como os objetivos estratégicos que balizarão a atuação do nosso Tribunal nos próximos cinco anos, e que também servirão como parâmetros para o desenvolvimento de gestões de corte democrático e participativo, centradas na co-responsabilidade, cooperação e integração. Esse programa sofreu ajustes a partir da Resolução Nº 70, de 18.03.2009, do Conselho Nacional de Justiça, de modo a alinhá-lo às diretrizes traçadas para o conjunto do judiciário brasileiro.

Estou certo de que com o Planejamento Estratégico demos concretude a um consistente processo de motivação e engajamento dos nossos magistrados e servidores, no sentido de fazê-los compreender o papel estratégico de cada um na instituição, e, a partir daí, sentirem-se verdadeiros protagonistas nessa caminhada, cujo objetivo maior é dotar o Regional de uma administração a um só tempo moderna, científica e rigorosamente democrática, no desiderato de atingir a excelência na prestação dos serviços judiciais à nossa comunidade.

O Mapa Estratégico, os projetos estratégicos, os indicadores e metas aqui apresentados representam a expressão gráfica e os resultados de um paciente e exaustivo trabalho desenvolvido ao longo de 15 meses, em dezenas e dezenas de workshops, reuniões de planejamento, de garimpagem de dados estatísticos e de sintetização, em que participaram 75% de todos os servidores da capital e interior e a quase totalidade dos magistrados de primeira e segunda instâncias, além de contar com a participação dos advogados trabalhistas e das 22 mais expressivas entidades associativas de trabalhadores e empregadores do nosso Estado, que, de uma forma ou de outra, se encontram sob o âmbito de atuação da Justiça do Trabalho, numa colaboração pioneira e extremamente profícua.

Agradeço a todos os que ajudaram a construir esse importante momento de nossa instituição, em especial à equipe de apoio técnico e aos 15 componentes do Núcleo de Coordenação do Planejamento Estratégico, certo de que construímos o alicerce de um novo tempo, em que a celeridade processual e a máxima excelência na prestação dos serviços judiciais serão tornadas realidade, e colocarão o TRT da 7ª Região entre as referências nacionais do setor.

Fortaleza, dezembro de 2009


José Antônio Parente da Silva

Desembargador Presidente do TRT da 7ª Região

2 INTRODUÇÃO

A Justiça do Trabalho no Brasil ingressou num forte processo de incorporação de novas tecnologias de gestão, que visam principalmente imprimir mais racionalidade, simplicidade, agilidade, eficiência e eficácia à sua ação operativa, e, ao mesmo tempo, fortalecer sua integração interna e entre os demais órgãos do Poder Judiciário, resguardada a autonomia e características singulares de cada um dos seus componentes.

Sintonizado com esse novo tempo, o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7) estabeleceu como meta alcançar a excelência na prestação dos serviços jurisdicionais nos próximos cinco anos, adotando a gestão estratégica como um dos fundamentos de sua administração, a qual se materializa na participação ativa e permanente de todas as pessoas e segmentos envolvidos interna e externamente na prestação dos serviços, de modo a construir alternativas que possibilitem o alcance das metas traçadas, no interesse da sociedade.

Adotou-se, então, o Planejamento Estratégico como ferramenta de gestão, o que demanda uma visão prospectiva que não se limita a preparar a organização para enfrentar problemas, mas também para evitá-los, para criar novas situações e concretizar o futuro desejado.

O processo de planejamento estratégico focaliza resultados de melhoria da performance institucional, mas, sobretudo, objetiva internalizar-se na cultura organizacional, operando como sistema permanente de compartilhamento e construção de idéias e métodos, de forma que os benefícios de sua implementação se vejam expressos de maneira sistêmica na esfera interna de funcionamento do Tribunal, de cada Vara da capital e do interior do Estado, nas interfaces entre as diversas unidades, ou nas relações do conjunto da instituição com outros tribunais e/ou instâncias superiores.

O Plano Estratégico 2010 – 2014 aqui apresentado, expressa os resultados de um processo construído de forma compartilhada pelo corpo de magistrados e servidores, mas com a significativa participação dos advogados trabalhistas e de entidades patronais ou de trabalhadores que, de uma forma ou de outra, encontram-se sob o âmbito de atuação da Justiça do Trabalho, todos trabalhando irmanados em prol da evolução da excelência da prestação de serviços jurisdicionais trabalhistas para a população do nosso Estado.